

Evento: “Encontro de Psicólogos em Interface com a Justiça”

Data: 30 de junho de 2012 (Sábado)

Horário: 08h30 às 13h00

Local: Auditório do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP 06

Endereço: Rua Arruda Alvim, 89, Jd. América, São Paulo, SP.

O encontro tem como objetivo realizar a sistematização de todo o material produzido pelos psicólogos na Interface com a Justiça, que participaram das Rodas de Conversas nas 10 Subsedes do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP 06.

Foram realizadas Rodas de Conversas, nas seguintes regiões:

- Araçatuba
- Baixada Santista e Vale do Ribeira
- Bauru
- Campinas
- Grande ABC
- Marília
- Metropolitana
- Presidente Prudente
- Ribeirão Preto
- São José do Rio Preto
- Sorocaba
- Vale do Paraíba e Litoral Norte

PROGRAMAÇÃO

08h30 às 09h00 Credenciamento e Café de Boas-vindas
09h00 às 09h15 Mesa de abertura

Rosana Cathya Ragazzoni Mangini

Mestre em Educação, Especialista em Psicologia Jurídica. Psicóloga e Bacharel em Direito. Psicóloga do Sistema Prisional Paulista. Professora em graduação e pós-graduação. Co-autora do Livro Psicologia Jurídica, Ed. Atlas. Conselheira do CRP SP – gestão 2010-2013.

José Ricardo Portela

Psicólogo: trabalha na Secretaria de Administração Penitenciária, docente da Escola de Administração Penitenciária, Coordena o Grupo de Trabalho Sistema Prisional CRP, Membro da Comissão de Direitos Humanos do CRP, Co-responsável Estadual pelo Projeto Integrador Interfaces com a Justiça do CRP, Conselheiro do CRP Gestão (2010-2013).

09h15 às 09h30 Apresentação da Proposta da Atividade
09h30 às 10h00 Divisão de Grupos de Trabalho (3 grupos) com computadores
10h00 às 11h00 Debate nos Grupos de Trabalho
11h00 às 11h20 Intervalo Café
11h20 às 12h00 Súmula das proposições (3 grupos)
12h00 às 13h00 Plenária Final e Encerramento

Sistematização:

DIÁLOGO COM AS INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA

TEMA	SITUAÇÃO / PROBLEMA	ENCAMINHAMENTO
Interface com a Justiça Atuação profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento quanto ao papel do Psicólogo (pelo Judiciário, pelo psicólogo e pelo usuário). - Dificuldade no entendimento quanto ao profissional que acompanha e o que faz perícia. - Desvio de função. 	<p>Compilar as produções do CRP (cadernos, resoluções), para divulgar aos colegas e às instâncias superiores, para facilitar o entendimento do papel do psicólogo.</p> <p>Constituir um Grupo de Trabalho multidisciplinar (direito, psicologia) para subsidiar o diálogo com o Judiciário (via Diretoria do CRP/SP), convidando as entidades relacionadas à área para participação.</p> <p>Como já acontece o diálogo entre a Diretoria e o CRESS, levar o tema para esta discussão entre estas instâncias.</p> <p>Fomentar e subsidiar qualificação das demandas aos operadores de direito, contemplando demandas coletivas de carência, precarização e desrespeito às políticas públicas, por meio, entre outros, de observatório de direitos humanos e/ou de políticas públicas, garantindo a proteção aos profissionais envolvidos e, como exemplo, a efetivação da missão institucional do Ministério Público de fiscalizador e indutor das políticas públicas.</p>
Interface com a Justiça Documentos escritos	Exigência de encaminhamento ou prognóstico.	Elaboração de documento orientador pelo CRP e sugerir nota pública do CFP para orientar os profissionais que atuam em cada área com interface na Justiça.
Interface com a Justiça Sistema Prisional	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitação de Exame Criminológico, mesmo com a Resolução CFP 12/11. - Em virtude dos laudos, o acompanhamento fica prejudicado. - Profissional de referência e o que avalia. - Dificuldade em desenvolver projetos. 	<p>Compilar as produções do CRP (cadernos, resoluções), para divulgar aos colegas e às instâncias superiores para facilitar o entendimento do papel do psicólogo.</p> <p>Garantir a inclusão de um Grupo de Ação no PI 2, com o objetivo de discutir a situação problema apontada convidando o CRESS.</p>
Direitos Humanos	Sentimento de impotência frente às violações de DH (possível assédio moral).	Vincular nas orientações realizadas aos profissionais em entrega de CIP, no jornal PSI, boletim eletrônico, entre outros, aos profissionais com interface na justiça, o levantamento da Comissão de Direitos Humanos quanto aos locais possíveis de denúncias.
Interface com a Justiça Atuação profissional	Audiências concentradas – preocupação com o sigilo (pré e pós sua realização).	Observação: Situação específica que será dada orientação à parte em relação à articulação e fortalecimento da rede.
Interface com a Justiça Atuação profissional	Depoimentos sem danos / Escuta não-revitimizante – interferência do Judiciário.	Solicitar a publicização dos resultados do acompanhamento do Projeto Piloto realizado em São Paulo.
Interface com a Justiça Avaliação Psicológica	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de entendimento na solicitação de avaliação psicológica e desrespeito aos instrumentos técnicos. - Ausência de autonomia profissional. - O psicólogo faz o relatório, mas o Juiz pede a avaliação da equipe técnica dele. - Represálias – se não fizer, tem quem faz. Prazos curtos. 	Observação: Encaminhamento idem 1 (Interface com a Justiça - Atuação profissional).
Interface com a Justiça Documentos escritos	Descaracterização do trabalho e do relatório de psicólogos (o saber Jurídico vale mais que o saber psicológico).	Observação: Encaminhamento idem 1 (Interface com a Justiça - Atuação profissional).
Interface com a Justiça	Dificuldade do Judiciário em entender e valorizar o papel da equipe técnica.	Observação: Encaminhamento idem 1 (Interface com a Justiça - Atuação profissional).
Interface com a Justiça Conselho Tutelar	O Conselho Tutelar vai tomando para si um papel de Juiz, manifestando-se de modo impositivo, determinando qual deve ser a atuação do psicólogo.	Elaboração de documento orientador pelo CRP, para orientar os conselheiros tutelares em relação ao papel do psicólogo.
Interface com a Justiça	<ul style="list-style-type: none"> - Ameaças com base no Código Penal e Crime de desobediência. - Falta de proteção ao profissional. 	Observação: Encaminhamento idem 1 (Interface com a Justiça - Atuação profissional).

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E OUTRAS INSTITUIÇÕES

TEMA	SITUAÇÃO / PROBLEMA	ENCAMINHAMENTO
Interface com a Justiça	Existem dificuldades de diálogos com Juízes e Promotores.	Promover Eventos Multidisciplinares para discutir as dificuldades de diálogo dos operadores do Direito, com os psicólogos e a sociedade civil. Que o CRP viabilize representações nos grupos de discussões já formados.
Interface com a Justiça Fundação CASA	Rotatividade muito grande (de promotores) no DEIJ. Dificuldade em criar vínculo.	Apontar ao Procurador Geral de Justiça as dificuldades geradas pela alta rotatividade de Promotores no DEIJ. Promover eventos com a participação dos psicólogos da Fundação CASA para identificar dificuldades relacionadas à alta rotatividade de promotores do DEIJ.
Interface com a Justiça Sindicatos	Condições de trabalho inadequadas (carga horária, salário, salas inadequadas, excesso de trabalho, poucos profissionais).	Provocar e apoiar as ações do Sindicato para as condições de trabalho inadequadas do psicólogo em interface com a Justiça que chegaram através deste evento. Que o CRP estabeleça um diálogo com as instituições do sistema de justiça, junto com o profissional que lá atua, esclarecendo o papel e atuação profissional do psicólogo e das condições de trabalho garantidora da ética profissional e dos direitos dos usuários.
Interface com a Justiça	Determinações judiciais com prazos exíguos. SINASE estabelece prazos cada vez mais curtos. Judiciário solicita que o PIA seja realizado em 15 dias.	Retomar discussões junto ao Sistema Judiciário quanto às especificidades do trabalho do psicólogo, especialmente, da condição de prazos, volume de trabalho e autonomia de trabalho. Produzir documentos com indicadores que sistematizam esta demanda.
Interface com a Justiça Fundação CASA	Falta de clareza e critério para utilização / indicação da medida sócio-educativa.	Promover ampla discussão com os movimentos sociais e Sistema de Justiça com relação aos critérios para indicação das medidas sócio-educativas.
Fundação CASA	Excesso de medicação de contenção.	Realizar campanhas de esclarecimento sobre os efeitos da contenção química. Orientar os psicólogos que trabalham na Fundação CASA, sobre o excesso de medicação de contenção e suas consequências. Pautar o Fórum Estadual de Medicalização sobre esta problemática específica (excesso de medicação de contenção na Fundação CASA).
Educação	Há insuficiência de vagas nas escolas para adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas e medidas protetivas.	Promover discussões regionais, com as Secretarias de Educação, quanto à dificuldade de acesso e exiguidade das vagas para adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas e de crianças em cumprimento de medidas protetivas.
CAPS / SUS	Dificuldade para conseguir atendimento.	Promover eventos multidisciplinares que fomentem o entendimento de que a garantia de acesso aos serviços de saúde contemple a população em privação de liberdade.
Interface com a Justiça	Judicialização das questões cotidianas, dos problemas sociais e afetivos.	Promover discussões junto às instituições para esclarecimento quanto às formas alternativas de resolução de conflitos, priorizando as instituições educacionais.
Interface com a Justiça Saúde	- Dificuldade de fazer valer a Lei 10.216. - Falta de critérios para internação. - Internação compulsória.	Promover eventos regionais que dêem visibilidade aos efeitos das internações forçadas (involuntárias e compulsórias). Produzir documentos com o resultado das referidas discussões. Apoiar e formar parcerias com outros colaboradores que discutam a problemática das internações forçadas (involuntárias e compulsórias).
Direitos Humanos	- Superlotação. - Condições precárias.	Participar dos Fóruns de debate sobre as condições precárias de encarceramento. Enfatizar junto ao profissional que atua no sistema prisional para que tenha uma atuação crítica de acordo com as diretrizes da resolução CFP 12/2011 por intermédio dos meios de comunicação e ou rodas de conversas.
	- Falta de Políticas Públicas. - Dificuldades de integrar esforços do poder público executivo e poder judiciário. - Sentimentos de impotência e isolamento profissional em relação a observação das violências de Direitos Humanos sofridos pela população atendida.	Que a Comissão Permanente de Direitos Humanos crie Observatório de Direitos Humanos e Políticas Públicas para receber denúncias feitas por psicólogos, quanto a violações de Direitos Humanos e ausência, insuficiência ou ineficácia de políticas públicas, encaminhando as denúncias aos órgãos competentes e publicizando suas ações para a sociedade.
Novas Propostas		1. Manter rodas de discussões nas Subsedes com atores e demandas regionalizadas 2. Que as proposições relacionadas ao Sistema Conselho sejam encaminhadas como "Teses" para o próximo Congresso Regional de Psicologia.

DIÁLOGO COM A CATEGORIA		
TEMA	SITUAÇÃO / PROBLEMA	ENCAMINHAMENTO
Atuação profissional	Dificuldade dos profissionais em considerarem a Rede de serviços, com falta de ações integradas, com consequente revitimização do usuário.	Incentivar a criação de Fóruns Regionais e Grupos de Trabalho sobre a importância de articulação e do funcionamento da rede de serviços para garantia de direitos dos usuários sem revitimização.
Atuação profissional	Falta de devolutiva para avaliados.	Intensificar nas Rodas de Conversa o debate e a reflexão sobre a necessidade da devolutiva aos usuários/atendidos/averiguados no sistema de justiça, conforme já preceituado no Código de Ética Profissional do Psicólogo.
Atuação Profissional Documentos escritos	Falta de referência para a produção de documentos individualmente e multiprofissionalmente (a Resolução CFP 007/2003 não contempla todas as possibilidades).	Intensificar as Rodas de Conversas nas Subsedes e Sede para reflexão e orientação na produção de documentos escritos. Exemplificando casos e erros recorrentes na relação com a justiça. Reavaliar a Resolução CFP 007/2003 uma vez que há outros documentos que não são contemplados nela.
Atuação profissional	- Perito / Assistente técnico – questão do sigilo e do vínculo com o cliente, quando o profissional é chamado para audiência ou oitivas. - Dificuldade em exercer o papel de testemunha em processo no qual é terapeuta de uma das partes. Resolução perito e assistente técnico: confusão de papéis e desconhecimento da resolução.	Dar maior visibilidade à Resolução CFP 008/2010 incentivando o trabalho articulado do perito junto com o assistente técnico, a fim de preservar sigilo e a definição do papel de cada um.
Atuação profissional Formação	Falta de referência do trabalho do psicólogo como mediador e conciliador.	O Sistema Conselhos acompanhar o projeto de lei que vai definir a atuação do como mediador e conciliador.
Formação	A formação não contempla a psicologia social e a psicologia dentro das políticas públicas.	Fazer o diálogo entre o sistema conselhos, ABEP e universidades para garantir a inclusão na grade curricular da psicologia de interface com a justiça e suas especificidades.
Formação	Falta de incentivo para aprimoramento acadêmico (pesquisa).	Que o Conselho analise a possibilidade de um Concurso ou de uma Mostra, específicos para a área de psicologia de interface com a justiça, que reproduza boas práticas na área ou referências técnicas para publicação de livros artigos etc. para esses ganhadores.
Atuação profissional	Limites do trabalho do estagiário.	Provocar uma discussão do CRP com a ABEP sobre os limites do trabalho do estagiário em locais que não há psicólogos e a importância de supervisor de campo.
Atuação Profissional Trabalho em equipe	- Empobrecimento do trabalho multidisciplinar. - Necessidade de favorecer o trabalho intersetorial.	Incentivar a criação de Fóruns Regionais e Grupos de Trabalho sobre a importância de articulação e do funcionamento da rede.
Atuação profissional	Escassez e dificuldades no trabalho com as famílias das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente.	Inserir no planejamento estratégico eventos regionais que contemplem a discussão do trabalho do psicólogo nas instituições de acolhimentos de crianças e adolescentes.
Interface com a Justiça Atuação profissional Formação	Dificuldade em compreender o funcionamento do Sistema Judiciário.	Colocar no planejamento estratégico no CRP, vários eventos com pessoas que contribuam para a formação e reflexão do psicólogo na interface com a justiça, de modo que este compreenda seu papel e que o objetivo seja contemplar as Resoluções do conselho, as legislações e políticas públicas, o papel do psicólogo e o funcionamento das instituições judiciárias.